

Política, democracia e internet: balanço preliminar de uma agenda de pesquisa
Politics, democracy and internet: preliminary balance of a research agenda

Saulo Vinicius Souza Barbosa¹

Resumo: Este artigo faz um balanço da literatura produzida em torno da agenda de pesquisa acerca das relações entre política, democracia e internet. Ele faz uma caracterização das principais abordagens e guinadas teóricas/metodológicas que marcam esse debate, buscando evidenciar seus pressupostos, como construíram a Internet enquanto objeto de estudo, que tipos de dados utilizavam para pensar esse objeto e, por fim, como tudo isso se relaciona ao contexto sócio-histórico no qual tais abordagens se inserem. O foco é entender como a relação entre internet, política e democracia tem sido abordada pela literatura pertinente ao tema. Por fim, apresenta-se um conjunto de hipóteses de pesquisa pertinentes ao desenvolvimento dessa agenda.

Palavras-chave: Internet, Política, Democracia. Mídias sociais. Sociologia Política.

Abstract: This paper analyzes the literature on the research agenda on relations between politics, democracy and the internet. It characterizes the main theoretical and methodological approaches and turns that mark this debate, seeking to highlight its assumptions, how it built an Internet as an object of study, what types of data they used to think about this object and, finally, how it all relates to the socio-historical context in which such approaches are inserted. The focus is understood as the relationship between the internet, politics and democracy has been addressed by the literature relevant to the topic. Finally, a set of research hypotheses relevant to the development of this agenda is presented.

Keywords: Internet, Politics, Democracy. Social media. Political Sociology.

1. Introdução

Os desenvolvimentos da informática a partir dos anos 1990 promoveram, gradualmente, uma mudança na forma como a humanidade se comunica. É a partir daí que ocorreu a disseminação da Internet em grande escala, quando começa a se difundir seu uso civil e comercial que leva a sua difusão global. Nos anos 2000, a Internet vai se integrando, cada vez mais, as esferas da vida das sociedades nas quais está presente: da cultura à economia, das relações sociais às relações políticas (CASTELLS, 2001; BRIGGS & BURKE, 2006; LUPTON, 2015).

Paralelamente a isso, diversos estudiosos vêm se debruçando sobre as interações mediadas pela Internet e como elas impactam a sociedade. Dentro desse campo, a forma como a Internet impacta as relações políticas e as democracias contemporâneas se constitui em uma *agenda de pesquisa* interdisciplinar e autônoma que já acumula três décadas de produção.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. É mestre em Sociologia (2019) e graduado em História (2016) pela mesma instituição. Integra, como pesquisador, o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS) desde 2018. É bolsista, na área de Tecnologia Social, do CNPq. E-mail: saulo.vinicius93@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4938-9753>.

Filósofos, cientistas políticos e sociólogos têm investigado o papel da Internet na democratização; as possibilidades de participação política mediadas pela rede; os usos das ferramentas digitais que fazem políticos, partidos, ativistas e governos (BRAGA & CHAIA, 2009, BRAGA, 2011; GOMES, 2005a, 2005b; MISCOLCI & BALIEIRO, 2018; 2018, NASCIMENTO, 2016; SAMPAIO, 2016).

Este artigo quer fazer um balanço da literatura produzida em torno da agenda de pesquisa acerca das relações entre política, democracia e internet. Assim, ele fará uma caracterização das principais abordagens e guinadas teóricas/metodológicas que marcam esse debate, buscando evidenciar seus pressupostos, como construíram a Internet enquanto objeto de estudo, que tipos de dados utilizavam para pensar esse objeto e, por fim, como tudo isso se relaciona ao contexto sócio-histórico no qual tais abordagens se inserem. Há um considerável conjunto de trabalhos que compõem essa literatura. O artigo não tem, por isso, a pretensão de exauri-la. Buscar-se-á apenas delinear os principais contornos e inflexões dessa agenda e suas reverberações nas ciências sociais brasileira. O foco é, portando, entender como a relação entre internet, política e democracia tem sido abordada pela literatura pertinente ao tema.

2. Entre teorias, utopias e distopias: a gênese de uma agenda na década de 1990

Os primeiros trabalhos sobre a Internet, de modo geral, e, junto a eles, as primeiras pesquisas sobre a relação entre internet, democracia e política, surgiram já na década de 1990. A abertura da Internet para o mundo trouxe consigo uma série de expectativas que surgiram entre seus novos usuários e estudiosos. Assim, os estudos sobre internet e política, nesse período, são marcados pelas expectativas do que a Internet poderia trazer para renovar e aprimorar as democracias dos países onde ela se difundia (BRAGA & CHAIA, 2009, BRAGA, 2011; GOMES, 2005a, 2005b; SAMPAIO et al, 2018).

Esse debate se polarizou a partir de duas posições. De um lado, situavam-se autores que se alinhavam a uma visão utópica – os ciberotimistas² –, que viam na Internet a possibilidade de se produzir uma nova forma de democracia, mais deliberativa, direta e participativa do que os modelos de então. Do outro, estavam aqueles que, ao contrário, viam o processo de digitalização da política como inautêntico e alienante, configurando-se, por isso, como uma ameaça à democracia, capaz mesmo de aprofundar sua suposta crise – estes são os

² Uso essa denominação, bem como sua contrapartida, ciberpessimista, a partir de Braga (2011) e Gomes (2005a, 2005b). Contudo, diferente desses autores, não incluo entre os ciberpessimistas aqueles trabalhos que simplesmente questionam a visão otimistas das Internet quanto seus efeitos políticos, mas somente aqueles que apresentam a Internet enquanto um fator de degradação e deslegitimação da vida política das sociedades contemporâneas.

ciberpessimistas (GOMES, 2005b; BRAGA & CHAIA, 2009; BRAGA, 2011; SAMPAIO, BRAGATTO & NICOLÁS, 2016; SAMPAIO et al, 2018; MISKOLCI & BELIEIRO, 2018).

Os primeiros trabalhos dessa temática foram, então, pensados sob o “guarda-chuva intelectual da democracia digital” (SAMPALIO et al, 2018, p. 130). Influenciados pela obra de Pierre Lévy (1996, 1999) ou de teóricos com perspectiva semelhante, os pesquisadores mais entusiasmados com a Internet focavam suas análises nas possibilidades que a rede mundial de computadores trazia, a partir de sua estrutura técnica e cultural, de aprimorar as democracias e de sanar seus déficits de participação popular – visto por essa literatura como sinal inequívoco de uma crise da democracia. Essas possibilidades de melhoria podiam ser apresentadas dentro de uma perspectiva mais moderada, isto é, considerando o uso da Internet para promover um aumento de qualidade dentro das estruturas das democracias representativas já existentes, tornando-as assim mais participativas. Ou, dentro de uma perspectiva mais radical de modo que tais transformações eram pensadas como o surgimento de uma nova forma de democracia, centrada da participação direta da sociedade civil mediada pela tecnologia (GOMES, 2005a, 2005b; SAMPAIO, BRAGATTO & NICOLÁS, 2016).

Esse alinhamento à questão do que a internet poderia fazer pela democracia, sugerem alguns estudiosos, se relaciona a necessidade de uma justificativa para a mobilização de recursos e esforços acadêmicos. Tal justificativa é, então, encontrada na expectativa de aprimorar a democracia através da Internet (GOMES, 2016; SAMPAIO et al, 2018). Analisando essa literatura no plano internacional, Wilson Gomes (2005b, p. 63-64) mostra que “havia nos planos teórico e prático a sincera esperança de uma renovação, induzida pela internet, da esfera pública e da democracia participativa”. Em termos de direcionamentos gerais, os trabalhos insistiam ou sobre o “revigoramento da esfera da discussão pública” ocasionado pelo surgimento de “um novo meio ambiente de comunicação política”; ou sobre a quebra do polo emissor de informação, ou seja, “a capacidade da internet (...) de superar o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa [jornal, rádio e TV]”.

Os resultados mais específicos desses trabalhos giravam, assim, em torno dos seguintes eixos: a) superação dos limites de tempo e espaço para a participação política; b) redução do custo e aumento da comodidade para se atuar politicamente; c) amplificação do estoque de informações bem como do seu acesso; d) ausência de filtros de informação ou de controle sobre o fluxo de posicionamentos; e) finalmente, oportunidade de inclusão de minorias e grupos socialmente excluídos (GOMES, 2005a, 2005b; BRAGA, 2011). Como será discutido adiante, tais resultados foram questionados por se constituírem mais enquanto expectativas e

possibilidades políticas do que a Internet poderia eventualmente promover do que como uma constatação, na prática, de mudanças. No Brasil, esse campo de estudos começa a se formar a partir dos anos 2000 e, a miúdo, segue as tendências dos trabalhos internacionais, como mostra o estudo de Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016)³. Assim, mais da metade dos trabalhos produzidos no Brasil desde o ano 2000, que se propõe a analisar a temática, buscam discutir as condições e possibilidades de uma democracia digital. Além disso, embora se caracterize como um campo interdisciplinar, há claramente um predomínio de autores cuja formação é a comunicação social, seguidos, após uma certa distância, por cientistas políticos e sociólogos.

Até 2007, predominam trabalhos de feição teórico em detrimento de estudos empiricamente orientados. Após esse ano, há um aumento progressivo de pesquisas empíricas, o que indica, conforme os autores, uma maturação do campo e se reflete, como discutiremos adiante, em um forte questionamento dos resultados dos trabalhos mais teóricos. Quanto ao objeto de estudo, sobressaem-se os trabalhos sobre a sociedade civil não organizada, por um lado, e o Estado e a governança, por outro (SAMPAIO, BRAGATTO & NICOLÁS, 2016), a partir disso é possível perceber uma tendência de opor Estado e sociedade civil. Só recentemente é que aparecem com mais vigor estudos sobre os níveis intermediários da política como partidos e movimentos sociais (SAMPAIO et al, 2018).

Por traz dessa literatura mais otimistas existem alguns pressupostos ou ideias básicas que ajudam a entender a partir do que se estrutura esse campo de estudos. O primeiro consiste em uma premissa liberal acerca do papel da sociedade civil na fiscalização e legitimação dos atos do Estado; o segundo refere-se a atuação dos meios de comunicação e informação na formação de uma esfera pública que proporcione as condições para que a sociedade civil atue de tal modo; por fim, a ideia de uma crise da democracia nos países onde vigoram tal sistema político baseado na constatação dos baixos níveis de participação civil na esfera política, restrita somente aos períodos nos quais se escolhem os representantes.

As duas primeiras premissas são heranças da filosofia política iluminista⁴ e que chega a esses trabalhos principalmente através da tese habermasiana da esfera pública. Essa tradição possui uma posição normativa em relação ao papel da sociedade civil e dos meios de

³ O trabalho analisa os *papers* apresentados nos GT's de Internet e Política dos principais eventos das áreas de comunicação social e ciências sociais do país de 2000 a 2015.

⁴ Uma genealogia da ideia do papel da sociedade civil como fundamento do poder do Estado e seu papel na consolidação de um bom governo pode ser encontrada em Mateucci (1998). No texto o autor mostra como essa ideia surge associada a formação do Estado Moderno – portanto, a partir de uma experiência europeia –, primeiro entre os contratualistas (Hobbes e Rousseau, por exemplo) e depois no pensamento liberal inglês e francês (em Locke e Burke, sobretudo), até chegar em Kant.

comunicação no bom funcionamento de uma Democracia. Aos meios de comunicação caberia funcionar como “cão de guarda” dos interesses da sociedade civil, atuando como vigia dos atos do Estado e trazendo informações necessárias a formação de opinião pública crítica. A sociedade civil reserva-se o engajamento na esfera pública que irá formar esta opinião pública (MATEUCCI, 1998; HABERMAS, 1984, 1997; GOMES, 2005a, 2005b).

Essa tradição de pensamento político na qual os primeiros estudos sobre Internet e Política se inserem entende que, para que a esfera pública possa funcionar desse modo, é imprescindível a atuação da mídia. Essa atuação significa a fiscalização do Estado e dos políticos bem como a promoção e disseminação de informações a partir das quais os cidadãos possam se inteirar dos atos do Estado e discuti-los de modo que se forme uma opinião pública crítica capaz de regular o Estado, impedindo, desse modo, que ele descambe para a tirania e funcione democraticamente.

Não é desse modo que boa parte dos primeiros pesquisadores do campo da Internet e Política entendem a atuação dos meios de comunicação de massa tradicionais, ou MCM, (basicamente o rádio, a TV e os jornais). Eles criticam os MCM's por monopolizar o polo emissor de informações e manipular o debate público e por promover um papel passivo do cidadão na formação da opinião pública, em detrimento dos comentaristas profissionais (SAMPAIO, BRAGATTO & NICOLÁS, 2016; GOMES, 2016a, 2016b). Além disso, acusam os MCM's de comprometerem a qualidade da informação política disponível ao público através de procedimentos que vão do “sensacionalismo à simplificação das questões e informações políticas, da seleção e ordenação das matérias políticas segundo interesses de competição e consumo a distorções, voluntárias ou involuntárias, em virtude de a pauta política estar orientada pelos imperativos de venda” (GOMES, 2005a, p. 62-63). Para esses autores, isso se relaciona com as transformações da esfera pública na sociedade industrial de massas, que, conforme Habermas (1984, 1999), caracteriza-se pela sua fragmentação, pela emergência de seu caráter indireto, no que se refere a participação dos cidadãos, e pela a perda de sua capacidade crítica.

Dentre outras coisas, o que está em jogo com essa crítica às velhas mídias, por assim dizer, é que para estes pesquisadores que estudam as *new medias* a partir da influência de Habermas, Pierre Lévy e teóricos afins as mídias mais tradicionais desempenham um papel fundamental na criação e manutenção da chamada crise democrática. Importante lembrar que essa crítica é elaborada pelos estudos acerca dos meios de comunicação e política, campo do

qual sai os trabalhos aqui em tela e, em grande medida, é dominado pela comunicação social, conforme mostram Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016).

Tal linha de pensamento, como mostra Gomes (2005a, p. 62), já se tornou um truísmo dentro desse debate, sobretudo quando se parte para uma “vinculação unidirecional da baixa participação, da desinformação e do desinteresse políticos da esfera civil à comunicação de massa”. Quanto a isso, Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016, p. 288) trazem uma caracterização pertinente de como essa literatura caracteriza a crise da democracia:

a esfera civil é compreendida como a detentora da soberania legítima, sendo que a opinião do povo deveria prevalecer na condução dos negócios públicos. Entretanto, o que se observa é que, ao fim e ao cabo, os cidadãos acabam apenas estabelecendo e autorizando, regularmente, por meio do voto durante os períodos eleitorais, os responsáveis pela produção da decisão política. Em consequência, a esfera política, nomeada enquanto representante, é quem produz de fato a decisão política e passa da condição de mandatária à condição de mandante. Isso acarretaria uma certa crise de legitimidade das democracias, dada a crescente apatia e o cinismo político da população, baixos índices de participação política, engajamento cívico e capital social.

São esses três pressupostos teóricos que fundamentam a ideia de que o advento da Internet possibilitaria democratizar a produção e disseminação de informações, através da quebra do monopólio da grande mídia e, com isso, reativar uma esfera pública crítica. Assim, a Internet é vista como a ferramenta capaz de resolver a crise da democracia, já que, conforme Gomes (2005a; 2005b), foi apontada pela literatura otimista como capaz de atender aos requisitos da teoria habermasiana⁵.

A crítica que se seguiu a essa primeira leva de trabalhos, parte para uma direção contrária, descambando frequentemente em uma visão mais distópica da relação entre Internet e democracia (GOMES, 2005a, 2005b; BRAGA, 2011). Embora seja importante salientar que a despeito das posições mais radicalmente antiutópicas, tecnofóbicas e neoluditas, exista sim um conjunto de trabalhos mais céticos e realistas que fazem uma crítica não diretamente a Internet e seus aspectos sociais e técnicos propriamente ditos, mas “tem como endereço certo um sistema de representações empolgadas sobre a internet, que elevou à última potência as suas características positivas sem se importar em oferecer apoios concretos às suas assunções” (GOMES, 2005a, p. 70). De todo modo, essa literatura, mesmo em seus tons mais radicais traz uma contribuição ao debate no sentido de pôr em xeque “uma concepção unidimensional da

⁵ Não obstante a teoria de Habermas ser construída com base na experiência europeia que mesmo assim, como salienta o próprio Habermas, é bem diversificada, sendo mais relacionada com a experiência inglesa e variando consideravelmente na França e na Alemanha – os três referentes empíricos sob os quais o autor fundamenta sua teoria.

internet, que nela divisava apenas um instrumento para o progresso e para a democracia”, mostrando que “a internet, seus aparatos, sistemas e agentes tanto podem servir à democracia quanto ao seu contrário” (GOMES, 2005a, p.75).

Retomaremos essa perspectiva mais crítica com relação as supostas transformações positivas promovidas pela Internet adiante. Por ora é importante observar que tanto os trabalhos ciberotimistas quanto os ciberpessimistas costumam compartilhar de algumas características comuns. Tratam-se, desse modo, de trabalhos de caráter mais teóricos ou ensaísticos que não se baseiam em uma análise sistemática de dados, mas em exames impressionistas de algumas evidências. Braga e Chaia (2009, p. 7) chamam a atenção para o caráter “excessivamente especulativo” e o viés normativo dessa literatura. Quanto ao objeto, esses trabalhos costumam evocar definições abstratas e vagas, que falavam da Internet de modo geral ou do Ciberespaço e da Cibercultura. Também de modo generalizante, formulavam questões sobre como a Internet poderia aprimorar ou ameaçar a democracia. Nesse sentido, tanto utópicos quanto distópicos comungavam de dois pressupostos básicos. Ciberpessimistas, a despeito de seu tom crítico, não rompem com os ciberotimistas de forma tão decisiva como eles supõe.

Em primeiro lugar, parte-se da ideia de uma crise da democracia cuja a Internet poderia resolver ou aprofundar. Como já apontamos, essa crise é sinônimo de baixa participação civil no âmbito político. Contudo, como aponta Gomes (2005a, p. 58), a afirmação da “baixa participação democrática é, ao fim e ao cabo, um diagnóstico sobre o padrão democrático das sociedades contemporâneas. Não se trata, a rigor, de uma crise da democracia, que, como ideia ou como ideal, jamais esteve em tão alta conta”, ao menos no período entre os anos 1990 e 2018, como apontam Levitisky & Ziblatt (2018). Aliás, o que se vê aqui como crise é visto, por outra literatura, como resultado da crescente profissionalização e especialização da atividade política (PHÉLIPEAU, 1997; OFFERLÉ, 1999; BOURDIEU, 2011).

Assim, a ideia de uma crise democrática estrutura o debate dentro de uma dicotomia de superação/aprofundamento que, por um tempo, cinde o campo em ciberotimistas e ciberpessimistas. Tem-se, então, um idioma comum no qual se assenta essas análises do qual as duas correntes operam como dialetos.

Em segundo lugar, ambas as abordagens são marcadas por um “determinismo tecnológico” com relação aos efeitos da internet sobre a sociedade, de modo geral, e sobre a esfera política especificamente (MISKOLCI & BELIEIRO, 2019, p. 150). Esse determinismo consiste, sobretudo, em afirmar que a Internet será capaz de transformar de modo radical e unilateral os setores da vida social nos quais adentra, principalmente no que diz respeito aos

sistemas políticos e suas sociabilidades⁶. Ou seja, para esses autores é a Internet quem afeta a atividade sociopolítica mais do que a atividade sociopolítica afeta a Internet. Como consequência desse esquema analítico tecnodeterminista, ignora-se – de modo grave – a capacidade de agência dos indivíduos e as estruturas sociais *offline* nas quais eles se movimentam. Estas acabam por importar menos do que a Internet enquanto um tipo de estrutura social e técnica capaz de moldar e direcionar a ação humana. É como se a Internet fosse algo que acontecesse as pessoas e não uma coisa que as pessoas fazem acontecer.

3. Das dicotomias às complexidades: a virada empírica nos estudos sobre Internet e Política nos anos 2000

É a partir do final da primeira década dos anos 2000 que ocorre uma guinada neste campo de estudos, de modo que as teorias pessimistas e otimistas começam a sair de cena em virtude das críticas que passam a sofrer. Isso se dá como resultado de uma acumulação de “experiência histórica” com a Internet (MISKOLCI & BELIEIRO, 2019), mas, também, pela emergência de um conjunto de trabalhos pautados pela pesquisa empírica mais sistemática que indica um amadurecimento desse campo (GOMES, 2005a; BRAGA & CHAIA, 2009; BRAGA, 2010). O que esses trabalhos vêm pôr em xeque é exatamente esse determinismo tecnológico. Não no sentido de negar as mudanças que o advento da Internet traz para a vida em sociedade hoje. Mas, principalmente, para atenuar sua radicalidade e unilateralidade.

Conforme balanço de Gomes (2005a) sobre esses trabalhos na literatura estrangeira, as seguintes críticas foram formuladas as teorias que veem na Internet um vetor de radical transformação social: em primeiro lugar, contactou-se a má qualidade da informação política disponível online – fenômenos como *Trash Talking*, *Hate Speech*, *Fake News* mostram como a mera ampliação do acesso à informação entre a população e democratização de sua produção e disseminação não se traduzem necessariamente na formação de uma sociedade melhor informada. Em muitos casos, ocorre exatamente o contrário. Apontou-se, ainda, a questão da desigualdade digital: ideia que engloba desde o acesso à tecnologia em si, que tende a ser maior nas classes mais favorecidas, às clivagens de capital cultural necessários a agir politicamente através da rede, incluindo-se aí escolarização adequada para usar a Internet.

Observou-se, também, a integração entre NTIC's e os MCM's: ao contrário do que acreditavam os ciberotimistas, a Internet e suas tecnologias não se sobrepuseram as mídias

⁶ Não sem alguma razão Braga e Chaia (2009, p. 7) vão caracterizar parcela desses trabalhos como “exercícios de futurologia com pouca fundamentação empírica e viés pretensamente ‘normativo’”.

tradicionais, mas foram por eles integradas – o que manteve a predominância da “grande mídia” na produção e circulação de informação política e seu lugar privilegiado na condução do debate público. Ainda que agora esse lugar seja mais disputado, não se pode negar que os MCM’s estão muito longe de estarem mortos. Além disso, houve também uma atenuamento da crítica a esses meios baseada na percepção de que a relação mídias e democracia não é tão unilateral como se pensava.

Outro ponto observado por essa crítica é a manutenção das barreiras ao acesso a cargos e postos políticos. Em outras palavras, o sistema político permanece fechado. Segundo Gomes (2005a, p. 73-74), tal crítica só faz sentido pois responde ao “irrealismo” da expectativa veiculada pela literatura mais otimista quanto a abertura da atividade política ocasionada pela ascensão da Internet. Assim, constatando que “os partidos políticos adaptam-se a (...) internet” utilizando-a “para fazer o que sempre fizeram: propaganda, política de imagem, condução”. Descobre-se que um meio de comunicação por si mesmo não pode transformar um sistema político.

Finalmente, o debate sobre liberdade e controle na rede: defendeu-se que por ampliar indefinidamente a liberdade de fala, possibilitando inclusive o anonimato do emissor, a Internet promoveria um aprofundamento da democracia. Hoje essa visão, orientada pelo libertarianismo, se mostra bastante frágil a luz da proliferação dos discursos de ódio, da xenofobia, da defesa de violações aos direitos humanos. Por outro lado, há a vigilância que a Internet possibilita a governos e empresas manterem a partir do acúmulo de dados do comportamento online das pessoas (*Big Data*). Sem cair em uma retórica orwelliana, isso mostra como a Internet é ambígua e variada em seus usos.

Dentro da sociologia, essa crítica começa a se consolidar a partir de duas fontes. Uma está ligada à formação de uma nova vertente sociológica que se apresenta como própria dos fenômenos sociais digitais, a Sociologia Digital. Outra é um campo já consolidado nas ciências sociais que engloba tanto os estudos sobre política quanto sobre movimentos sociais e ação coletiva. Enquanto a primeira parte ao encontro dos fenômenos políticos a partir de seu caráter virtual, a segunda parte ao encontro dos fenômenos virtuais a partir de seu caráter político. Enquanto uma estuda a rede na política, outra estuda a política a rede.

Se em um primeiro momento essa diferenciação pode parecer tautológica, argumento que ela reflete processos distintos de construção do objeto de pesquisa. Tentarei mostrar que na medida em que se tem como ponto de partida a virtualidade do fenômeno político, tende-se a enfatizar rupturas nas práticas políticas. Doutra lado, quando se focaliza o

caráter político de certos fenômenos que se dão na Internet, tende-se a dar relevo não só as rupturas, mas também as continuidades e integração de práticas online/offline, percebendo-se a Internet como “um espaço multidimensional, difuso e heterogêneo, podendo apresentar, em diferentes contextos, resultados diversos em relação à capacidade de mobilização e organização de ações coletivas” e políticas (VILAÇA, VON BULLOW & ABELIN, 2016, p. 4).

3.1 A rede na política: a emergência da Sociologia Digital

A Sociologia Digital se caracteriza sobretudo por “an emphasis on the need for sociology to conceptually move beyond the binary oppositions of virtual/real and transformation/continuity”, que marcou o foco dos primeiros estudos sobre sociabilidades digitais (JHONSON & PRIOR, 2013, p. 2). Nesse ponto, já traz um avanço para o debate que não se observa na literatura da primeira geração. Longe de querer saber se o ciberespaço prejudica ou favorece as sociabilidades, esses autores se interessam mais pelos processos de transformação das relações sociais que se dão através do ciberespaço e na emergência de novos modelos de socialização (CASTELLS, 2001, 2013; ORTHON-JHONSON & PRIOR, 2013; LUPTON, 2015).

Talvez seja Manuel Castells (2001, p. 138) seu mais antigo proponente, quando sugeria, já em 2001, rejeitar “dicotomías simplistas e ideológicas que dificultan la comprensión de los nuevos modelos de interacción social” digitalmente mediados. Disso tudo resulta que esses autores não veem a Internet como uma simples ferramenta, um mero utensílio a dominar ou ser dominado pela ação humana. Aqui, o “ciberespaço” é, como qualquer outro fenômeno social, uma realidade socialmente construída.

A Sociologia Digital, conforme seus proponentes, surge da necessidade de confrontar sociologicamente “new digital landscapes” (ORTHON-JHONSON & PRIOR, 2013, p. 1). Desse modo, tem como escopo fenômenos sociais que se dão na e através da Internet e suas tecnologias ou em interação com elas, como produção de subjetividade e corporeidade, identidade, desigualdades, relações de poder, estruturas, redes, instituições e teoria social, enfatizando os processos de interação entre humanos e essas tecnologias (ORTHON-JHONSON & PRIOR, 2013; LUPTON, 2015, NASCIMENTO, 2016, MISCKOLCI & BALIEIRO, 2018).

No que se refere às formas de ação política desempenhadas em rede ou a partir dela, essa abordagem busca, assim, compreender as novas formas de poder e contra poder que as redes digitais possibilitam. Centram-se em análises sobre vigilância, privacidade, liberdade de ação, ativismo e movimentos sociais surgidos na rede (CASTELLS, 2001, 2013; ORTHON-

JHONSON & PRIOR, 2013; LUPTON, 2015; NASCIMENTO, 2016, MISCKOLCI & BALIEIRO, 2018). Há, aqui, um reconhecimento de que o ciberespaço amplia os espaços de liberdade e atuação políticas das pessoas, mas também de vigilância e controle dos cidadãos por parte de empresas e governos. É, portanto, em direção ao reconhecimento das ambiguidades e complexidades que se move esta abordagem.

Contudo, há ainda na Sociologia Digital certo viés para se analisar as relações sociais em rede pressupondo-se uma lógica da mudança e da transformação dessas relações – ainda que não se observe aqui o viés determinista presente na literatura anteriormente comentada. No que se refere às análises sobre Internet e Política, observa-se o comprometimento coma ideia de que a Internet promove uma “transformación de las reglas del juego sociopolítico en el ciberespacio que acabará por afectar al propio juego” (CASTELLS, 2001, p. 159) ou de que “el estudio de la sociabilidad en/con/sobre Internet debe situarse en el contexto de la transformación de los modelos de sociabilidad en nuestra sociedad” (CASTELLS, 2001, p. 146). Isso fica evidente na definição do objeto de pesquisa de alguns dos principais nomes dessa vertente sociológica: existe a tendência de se eleger, como objeto de pesquisa, a “política digital” ou “em rede”, na qual busca-se compreender os impactos (negativos e positivos, é bom salientar) do engajamento civil online, a vigilância dos cidadãos pelo Estado; os novos “movimentos sociais em rede” quer emergem da novas possibilidade de ação coletiva promovidas pela rede mundial de computadores (CASTELLS, 2001, 2013; ORTHON-JHONSON & PRIOR, 2013; LUPTON, 2015).

Essa tendência de buscar “novidades” talvez seja resultante da necessidade de se legitimar enquanto campo de pesquisa, com objeto e contribuições sociológicas próprios – que de fato são postos pelos os autores relacionados à Sociologia Digital. Contudo, cria-se uma impressão de que a “velha política” dos partidos, das facções e grupos não entrou na era Internet na medida que a continuidade de “velhas” práticas, agora digitalmente mediada, são postas de lado nessas análises.

3.2 A política a rede: a Sociologia da Política e Sociologia da Ação Coletiva

Indo por um caminho diferente desse, um conjunto de autores da Sociologia Política, da Ciência Política e da Sociologia da Ação Coletiva e dos Movimentos Sociais buscam em suas análises mostrar como as trajetórias políticas de atores e instituições são influentes na definição da posição e dos modos de atuação desses mesmos indivíduos e instituições na rede.

Aqui, a Internet não é vista como um espaço de comunicação livre e transparente na qual todos possuem as mesmas condições de atuar politicamente (como propõe Pierre Lévy e seus adeptos), mas como um espaço entrecortado por assimetrias e relações de poder que precedem a experiência e existência digital (NORRIS, 2002; BRAGA, 2011; BRAGA, NICOLÁS & BRECHER, 2013; VILAÇA, VON BULLOW & ABELIN, 2016). Por trás disso está a percepção de que o ciberespaço, para usar a expressão proposta por Lévy, não está descolado do mundo offline e que um e outro se interpenetram e se influenciam.

Enfatizando menos o caráter estrutural e determinista da tecnologia, busca-se mostrar como indivíduos e grupos vão dando sentido e integrando a Web em seus fazeres e saberes. Mais do que indagar-se se a Internet transforma a política ou se esta modifica a Internet, aborda-se a Internet a partir de sua multidimensionalidade e heterogeneidade entendendo que as formas de agir politicamente “em rede” variam conforme variam também os contextos no qual se dá a ação – o que não quer dizer que não exista algumas regularidades, mas que estas são mais um guia para se pensar casos concretos e não dados *a priori*.

Isso é demonstrado por alguns trabalhos feitos por pesquisadores brasileiros. Analisando o uso de websites por candidatos a cargos majoritários em nível estadual (senado e governo) nas eleições brasileiras de 2010, Sérgio Braga (2011, p. 69-70) mostra que este recurso está concentrado entre os políticos com carreiras mais consolidadas, isto é, aqueles que “pertencente[m] aos grandes partidos com maior capacidade de mobilização de recursos políticos, com maior experiência política [i.e. já ocupou cargos previamente e possui mais de 50 anos de idade] e maior escolaridade”. Isso demonstra que as estruturas políticas tradicionais se reproduzem na Internet “legitimando a posição de elites mais experientes e com maior capacidade de mobilizar recursos político”. Braga também sinaliza para a atenuação da desigualdade digital entre os candidatos oriundos de diferentes regiões do país (embora seu estudo constate ainda a concentração desse recurso entre candidatos do eixo sul-sudeste do país) e para o uso significativo deste recurso entre candidatos de pequenos partidos de esquerda, contudo fica claro que estas mudanças são tímidas se comparada com a reprodução do quadro geral.

No nível das práticas eleitorais, outro estudo também mostra como a trajetória política é bastante influente na atuação online de candidatos. Braga, Nicolás e Brecher (2013), em estudo comparativo sobre candidatos a vereador nas eleições de 2008⁷, mostram como o

⁷ O recorte empírico da pesquisa é composto por cerca de 1400 candidatos a vereador nas capitais da região Sul do Brasil (Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre).

uso de websites por esses candidatos reproduz práticas tradicionais da política eleitoral, reforçando vínculos personalistas e clientelistas com os eleitores. Assim, os autores observaram que a maior parte dos sites “não foi usada como mecanismo de ‘interação, de participação ou para criar vias de deliberação com o cidadão-internauta’ [ou mesmo para conferir maior transparência a campanha] mas, sim, como ‘outdoors virtuais’ dos candidatos a fim de exibir mecanismos ‘top down’ de divulgação de suas propostas” (Idem, 2013, p. 194).

O peso das trajetórias políticas no uso da Internet também se faz sentir entre os movimentos sociais. Analisando o uso do Facebook pelas federações estudantis chilenas entre 2011 e 2013, Vilaça, Von Bulow & Abelin (2016) descobriram que as diferenças no uso e no tamanho da influência das federações estavam relacionadas a “assimetrias previamente estabelecidas”. Desse modo, as federações mais antigas e mais influentes offline, são as que possuem mais seguidores em suas fanpages e as que mais influenciaram o debate público sobre as reformas do ensino superior chileno – principal pauta desse tipo de organização no Chile –, ainda que com o tempo federações menores tenham conseguido alguma influência e visibilidade a partir dessa rede social. Isso reforça a ideia de que a rede é um espaço de assimetrias e relações de poder que se constituem antes do mundo digital.

Ainda conforme estes autores, se por um lado o Facebook se tornou uma ferramenta central na organização de protestos de rua, por outro, seu uso foi restrito a convocação para marchas e a divulgação de informações. Além disso, os autores constataram que no período estudado as federações estudantis chilenas passaram por um período de aprendizado do uso das redes sociais que resultou construção de uma hegemonia em torno das pautas estudantis que assegurou que o debate dessas causas girasse em torno das postagens das federações e na normalização da atuação online nos repertórios de ação destas organizações. Com isso, a análise de Vilaça, Von Bulow & Abelin (2016) evidencia a interface existente entre as dimensões online e offline da ação coletiva e da atuação dos movimentos sociais.

Outro dado importante que este trabalho traz é que as federações estudantis só adentram no Facebook e passam a atuar nele sistematicamente a partir de um ciclo de protestos iniciados em 2011 que pautava as reformas no ensino superior do Chile. Tal processo é semelhante ao que se dá no Brasil após as jornadas de junho de 2013. Isso nos indica que não é a simples existência da ferramenta não cria seus usos e sentidos, mas os contextos sociais e políticos dos agentes e seus grupos é quem viabilizam essa construção quando os confrontam com novas necessidades. Essa argumentação tampouco é nova: ela remonta as lições de

sociologia do velho Max Weber, quando este diz que uma ferramenta não pode, afinal, produzir o mundo social, mas é o mundo social que atribui sentido a uma ferramenta:

todo artefato, uma máquina por exemplo, somente pode ser interpretado e compreendido a partir do sentido que a ação humana (...) proporcionou (...) à sua produção e utilização; sem o recurso a este sentido permanecerá inteiramente incompreensível. O compreensível nele é, portanto, sua referência ao comportamento humano (WEBER, 2002, p. 7-8).

Por fim, o caso do movimento estudantil chileno estudado por Vilaça, Von Bulow & Abelin (2016, p. 3) é significativo, como já apontam os autores, por tratar se tratar de um tipo de ativismo “mais próximo da noção tradicional de movimentos sociais”, diferindo assim dos “ciberativismos” que costumam ser estudados pela literatura⁸ (por exemplo o movimento Indignados, na Espanha, o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e a chamada Primavera Árabe no Oriente Médio). Por isso mesmo, evidencia com mais relevo o peso da trajetória sociopolítica na visibilidade, influência e atuação online dessas organizações, uma vez que nos ciberativismos, por se tratarem de fenômenos mais recentes, isso não se mostre forma tão clara e direta.

4. Considerações finais

Para finalizar, resalto que o que os trabalhos dessa última abordagem mostram é que indivíduos e instituições vão integrando a rede a suas formas de ação política a partir de um processo de aprendizagem que combina conhecimentos prévios com a aquisição de novos conhecimentos mediados pela rede (VILAÇA, VON BULLOW & ABELIN, 2016, p. 4). Ou seja: na medida em que os atores estão aprendendo a usar a internet, como no caso do movimento estudantil chileno, mas também no caso dos partidos políticos (BRAGA, 2011; BRAGA, NICOLÁS & BRECHER, 2013), eles imprimem práticas anteriores, oriundas da sua atuação política offline, à sua atuação na internet de modo que as dimensões online e offline vão se integrando, imprimindo assim sentidos políticos na rede e reproduzindo nela assimetrias que já existem no mundo offline. É desse modo que se dá o que Braga (2011) chama de “normalização” da Internet na atividade política. Essa normalização não se dá de modo absoluto e comporta algumas rupturas, contudo estas se dão de modo bem menos abruptos do que propõe a literatura mais ensaística.

Portanto, analisar a relação entre Internet e Política sob essa ótica permite sair do debate normativo quanto aos benefícios e malefícios da rede e, conseqüentemente, de todas as expectativas que tal debate traz. No lugar disso, ele priorizará perceber as continuidades e

⁸ Cf. Castells (2013).

rupturas que a Internet, em sua multidimensionalidade, promove na esfera política, nas formas de ação e interação da política, bem como nos partidos e instituições do Estado.

Tudo isso, é claro, não deve ser tomado como pressupostos inquestionáveis, mas como hipóteses a serem confirmadas pelo trabalho de campo, afinal, “as plataformas de mídias sociais [e a Internet, de modo geral] são arenas de disputa de poder. Se essa disputa leva a um maior empoderamento individual ou a um nível menor de hierarquia nas redes são perguntas empíricas” (VON BÜLOW e GARCÍA, 2015, p. 3).

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, 2011, p. 193-216.
- BRAGA, Sérgio. O uso da internet nas campanhas eleitorais no Brasil: balanço do debate e algumas evidências sobre o Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 90, 2011, p. 58-73.
- BRAGA, Sérgio; CHAIA, Vera. Apresentação: Dossiê “Internet e Política”. **Revista De Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, 2009, p. 7-12.
- BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria A.; BRECHER, André R. Clientelismo, internet e voto: Personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 19, nº 1, 2013, p.168-197.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **La galáxia Internet**. Barcelona: Areté, 2001.
- _____. **Redes de indignação e esperança: os movimentos sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 27, 2005a.
- _____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, 2005b.
- _____. 20 anos de política, estado e democracia digitais: uma cartografia do campo. In: SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C. (Orgs.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2016. p. 25-45.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. The Public Sphere. In: GOODIN, Robert E; PETIT, Phillip. **Contemporary Political Philosoph: na antology**. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LEVITISKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. Routledge: New York, 2015

- MATEUCCI, Nicola. Opinião Pública. *In*: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 1998.
- MISCKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de F. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 06, n. 12, 2018, p. 132-156.
- NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 41, 2016, p. 216-241.
- NICOLÁS, Maria A.; BRECHER, André R.; BRAGA, Sérgio. Elites políticas e NTICs: uma análise do uso da internet pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado nas eleições brasileiras de outubro de 2010. Apresentado no **35º Encontro Anual da Anpocs**, GT 01 Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura, Caxambú/MG, 2011.
- ORTON-JHONSON, Kate; PRIOR, Nick. **Digital Sociology: Critical Perspectives**. Palgrave macmillan: Hampshire, 2013.
- PHÉLIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. *In*: GARRIGOU, Alain, LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- SAMPAIO, Rafael C.; BRAGATTO, Rachell C.; & NICOLÁS, Maria A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, 2016, p. 285-320.
- SAMPAIO, Rafael C. et al. Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da Anpocs. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, São Paulo, n. 85, 2018, p. 126-147.
- VILAÇA, Luiz H.; VON BULLOW, Marisa; ABELIN, Pedro. Aprendendo a Usar o Facebook: o movimento estudantil no Chile e o ativismo digital. Apresentado no **39º Encontro anual da ANPOCS**, GT04 Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura, Caxambú/MG, 2015.
- VON BÜLOW, Marisa e GARCÍA, Cristobal. **Who Controls the Internet? Student Movement Organizations and Protest in the Digital Age**, paper apresentado no Colóquio da Escola de Comunicação, University of Washington, Seattle, janeiro de 2015.
- WEBER, Max. Conceptos sociológicos fundamentales. *In*: _____. **Economia y Sociedad**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2002.